

CAMINHANDO CONTRA O VENTO: imprensa estudantil secundarista no Colégio Estadual Central de Belo Horizonte (1977-1979)

**Bruno Geraldo Guimarães Gonçalves¹
Vera Lúcia Nogueira²**

Resumo

O presente trabalho, inscrito no âmbito da História da Educação, apresenta recorte da pesquisa de Mestrado cujo objetivo foi compreender como o impresso estudantil *Caminhando contra o vento* foi utilizado pelo Movimento Estudantil Secundarista do Colégio Estadual Central de Belo Horizonte entre os anos de 1977 e 1979. O Estadual Central, visto como uma instituição de referência de ensino público na capital mineira, com o passar do tempo se tornou espaço de intensa agitação política estudantil, em especial, durante a Ditadura Civil-Militar, quando um grupo de jovens da escola se colocaram em oposição ao regime que estava sendo implantado no país. Portanto, o objetivo desse trabalho é apresentar como se deu o processo de desenvolvimento de uma imprensa estudantil pelos discentes que compunham a denominada Comissão Pró-Grêmio, órgão estudantil criado por estudantes do turno noturno da instituição em contraponto ao Centro Cívico, cujo objetivo era lutar por uma representatividade estudantil livre no interior do colégio. Ancorada na abordagem da História Política em diálogo com a História Cultural, o trabalho foi realizado tomando como fonte e objeto o jornal estudantil *Caminhando contra o vento*. Além desta publicação, foram utilizados relatos de egressos coletados mediante a metodologia da História Oral. Com isso, o trabalho demonstrará todo processo de criação, publicação, divulgação e estratégias utilizadas por esses estudantes no que tange a circulação do impresso, além das objeções ao impresso e retaliações aos estudantes envolvidos por parte da direção escolar.

Palavras-chave: Movimento estudantil. Movimento estudantil secundarista. Comissão Pró-grêmio. Impresso Estudantil. Ditadura Civil-Militar.

Introdução

Era o ano de 1964, na presidência do Brasil se encontrava João Goulart, que assumiu o posto de chefe do executivo brasileiro após a renúncia de Jânio Quadros em 1961, entretanto, a situação política do país passava a ser marcada por uma crise institucional, onde, oposição e

¹ Mestrando em Educação e Formação Humana na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), professor de História nas redes pública e privada na cidade de Papagaios – Minas Gerais. Email: bruno.guimaraes@educacao.mg.gov.br

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), professora do Programa de Pós-graduação em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Email: vera.nogueira@uemg.br

setores conservadores da nossa sociedade enxergavam em Jango uma “ameaça comunista”, fato que se tornou mais evidente quando foi lançada a proposta de reestruturação do Estado com as chamadas Reformas de Base, vista como o ponto alto do seu governo, mas que se tornariam, simultaneamente, a fundamentação de que as forças políticas e empresariais precisavam para concretizar a conspiração que culminaria com a sua deposição.

Neste contexto, ocorreu em março de 1964 o Comício da Central do Brasil a favor das reformas, a sociedade brasileira estava totalmente dividida e o ambiente político já tinha se tornado algo totalmente sem controle. Junta-se a este cenário uma postura do presidente que foi vista dentro da Forças Armadas como inaceitável, quando, o “ministro da Marinha mandou prender quarenta marinheiros e cabos (...) (SCHWARCZ E STARLING, 2015. p. 455) e o presidente João Goulart, para tentar solucioná-la, decidiu nomear um novo ministro da Marinha e ao mesmo tempo oferecer anistia aos marinheiros, ação política vista como uma quebra de hierarquia, levando definitivamente os membros da Forças Armadas para o lado dos conspiradores, abrindo caminho para o golpe.

Que foi iniciado na madrugada do dia 31 de março de 1964, quando tropas do exército de Juiz de Fora, comandadas pelo General Olympio Mourão, partiram em direção ao Rio de Janeiro. A deposição de João Goulart foi efetivada no Congresso Nacional por Auro de Moura Andrade, que “convocou uma sessão conjunta secreta no Congresso Nacional e, na madrugada do dia 2 de abril, declarou vaga a Presidência da República” (SCHWARCZ E STARLING, 2014, p. 447), assumindo Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados, que passaria o poder dias depois para as mãos dos militares, quando, de forma indireta foi eleito para assumir a presidência o General Humberto de Alencar Castelo Branco. Era o início da Ditadura Civil-Militar.

Com a Ditadura Civil-Militar instaurada logo iniciou as ações políticas de oposição ao regime autoritário que se implantava no país, assim, diversos movimentos, sujeitos e grupos sociais e políticos se colocaram contrários a todo aparato político antidemocrático que se constituía. Nesse sentido, um dos diversos grupos que mantiveram uma postura oposicionista ao regime foram os estudantes e seu movimento estudantil.

Entre esses estudantes que se oporam ao Regime Militar é preciso destacar na cidade de Belo Horizonte a mobilização que se efetuou no Colégio Estadual Central, que se tornou centro

de um dos movimentos estudantis demasiadamente atuante no momento no qual o país vivia sobre a estrutura de um Estado autoritário. Diante esta realidade, parte dos estudantes secundaristas do Estadual Central se opuseram ao regime e idealizaram ações que foram fundamentais para demarcar o espaço desses jovens na conjuntura política do Brasil e diante esta realidade constituída é que o presente artigo estabelece sua proposta de análise.

Sendo o objetivo desse estudo apresentar como se deu o processo de desenvolvimento de uma imprensa estudantil pelos discentes que se engajaram no movimento estudantil de oposição e que criaram a denominada Comissão Pró-Grêmio, responsável pela criação e publicação do impresso *Caminhando contra o vento* entre os anos de 1977 a 1979, buscando assim, demonstrar todo o processo de criação, publicação, divulgação e algumas estratégias utilizadas por esses jovens no que tange a circulação do impresso, como também, as objeções e retaliações que esses tiveram que enfrentar por parte da direção da instituição de ensino.

Desenvolvimento

O Estadual Central e seu movimento estudantil

O Colégio Estadual Central foi inaugurado em Belo Horizonte no ano de 1943 para ser símbolo de uma nova capital que ainda buscava se estabelecer como centro urbano de grande relevância no cenário nacional. Isso fica claro nas palavras de (GOUVÊA; LISBOA, 2016, p. 265) ao afirmarem que “o Colégio Estadual foi um dos ousados projetos do jovem arquiteto Oscar Niemeyer para a cidade de Belo Horizonte, juntamente com o Complexo Arquitetônico da Pampulha”, ou seja, a imponência do Estadual Central já começava por sua magnitude e simbologia arquitetônica voltada para ideia de um espaço moderno.

Assim, a inauguração da nova sede da instituição trouxe um ar de modernidade à capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, uma cidade planejada no final do século XIX, que simbolizava um novo momento para a história do país e, quando o Estadual Central foi inaugurado, trouxe consigo essa aspiração e isso fica evidente na sua própria estrutura física que alude a elementos que compõem o dia a dia da estrutura escolar. A obra simboliza a escola em seus detalhes. Essa concepção física da escola é detalhada por (TEIXEIRA, 2019) da seguinte forma:

O Colégio Estadual é formado por um conjunto de três edifícios: um abrigando as salas de aulas e a administração; o outro, o auditório; e o terceiro, a caixa d'água e o mastro. O auditório tem a forma de duas curvas simétricas-convexa na abertura e côncava no piso, apoiando-se a obra no ponto em que a curva côncava tangencia o solo, um verdadeiro mata-borrão. (TEIXEIRA, 2019, p. 157).

Outra ideia que a obra do Colégio trazia era a de integrar a instituição de ensino à cidade, fazer daquele espaço um local de socialização e liberdade. Essa ideia parte da própria concepção de Oscar Niemeyer, que pensa as suas obras não como espaço individualizado, mas sim com ares de coletividade. Dessa forma, a marca do Estadual foi não ter muros, o que segundo (TEIXEIRA, 2019, p. 160) representa “a integração da escola com a cidade e o trânsito dos alunos”.

No entanto, a escola sem muros não aludia apenas à ideia de um local de livre circulação e de integração com a cidade, também se colocava como um modelo de construção pedagógica, em que a liberdade era fundamento essencial para o desenvolvimento de práticas educativas e garantia de um plano de ensino-aprendizagem, pois os alunos tinham liberdade, não se viam presos entre muros na obrigação de estar ali, os alunos viviam uma liberdade no que diz respeito às suas obrigações escolares, o que passou a ser denominada na instituição de “liberdade responsabilizada”, que para (TEIXEIRA, 2019, p. 177) significava “o princípio pedagógico básico adotado no (...) principal estabelecimento de ensino secundário (...) de Belo Horizonte”. Diante desse princípio, (TEIXEIRA, 2019) ainda expressa que:

O aluno seria levado a valorizar o estudo e a refletir por si próprio, daí constantes apelos ao trabalho pessoal, livre e voluntário. O velho sistema da recompensa material, punição corporal, foi sendo trocado pelas estratégias da responsabilização direta. (TEIXEIRA, 2019, p. 181).

A posição da escola em garantir a liberdade do ensino aos alunos ficou denominada “autogoverno”, era algo inovador que remetia à própria posição da escola diante da sociedade belo horizontina; uma escola que não se posicionava enquanto um espaço fechado e que não tinha um modelo de ensino moldado na rigidez e arbitrariedade de uma posição educativa, oferecendo ao aluno uma liberdade regulada, onde o aluno é livre, mas pode sofrer consequências, caso não saiba fazer uso correto dessa liberdade.

Ainda sobre a ideia do “autogoverno”, esse conceito se baseia na autonomia vivida pelos

alunos no que tange o desenvolvimento de seu processo de ensino-aprendizagem. (TEIXEIRA, 2019) complementa afirmando que:

O regime da autonomia ou do *self-government* (...) libertava o aluno da tutela pessoal do adulto e também da tradicional correia disciplinar, porque a colocava sob a tutela de sua própria consciência moral (...). O autocontrole era visto como qualidade essencial que deve possuir cidadãos de um regime democrático. (TEIXEIRA, 2019, p. 182).

É nesse ambiente, que remetia a um padrão de liberdade, que se formou um dos movimentos estudantis secundaristas mais relevantes da cidade de Belo Horizonte. Foi sob as aspirações da liberdade que uma parte dos estudantes do Estadual Central se posicionava em relação às demandas políticas e educacionais que se faziam pertinentes na sociedade, tornando a escola um dos palcos de maior intensidade política estudantil. Segundo (GOUVÊA, LISBOA, 2019):

Os alunos tinham no colégio intenso espaço de formação e atuação política, que ultrapassava o cotidiano escolar. Estavam em contato com diversas outras entidades, como o Diretório Estudantil do Colégio Municipal de Belo Horizonte e a União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Belo Horizonte (UMES). (GOUVÊA, LISBOA, 2019, p. 277).

A proximidade dos alunos do Estadual Central com as demais entidades estudantis fomentava ainda mais a politização desses alunos. Situação que acabou colocando a instituição em rota de vigilância por parte das autoridades policiais, principalmente com a consolidação do aparelho de repressão constituído pela Ditadura Civil-Militar.

Até a deposição de João Goulart, o movimento estudantil do Estadual Central se inseriu em um contexto de mobilização estudantil que já se encontrava em desenvolvimento na cidade, havendo uma interligação com jovens de outras instituições de ensino, fossem estas secundárias ou universitárias. Foi nessa realidade que o movimento estudantil do Central se constituiu, como retrata (TEIXEIRA, 2019) na seguinte passagem:

(...) diretório estudantil; a JEC (Juventude Estudantil Católica); os cineclubes; ou mesmo a filiação a algum partido político. Em termos de política estudantil, as entidades representativas dos alunos secundaristas eram atuantes e organizadas na cidade e não apenas entre os alunos do Colégio Estadual (...). (TEIXEIRA, 2019, p. 214).

Era um movimento estudantil que trazia consigo toda uma amplitude ideológica e identitária, os jovens que estavam vivendo esse momento no Estadual Central simbolizavam a essência da luta e organização estudantil na cidade, mas veio o Golpe Civil-Militar de 1964 e todo esse panorama se modificou a partir de então. Aquele movimento que se organizava e que se posicionava sofreria com as ações repressivas instantâneas impostas pelo governo que se iniciava, o autoritarismo recairia sobre aqueles jovens secundaristas, que perceberiam que era momento de mudar a postura e intensificar a luta contra todo espaço autoritário.

Mesmo sofrendo com as represálias o Movimento Estudantil do Colégio Estadual Central se manteve até que houve a imposição do Decreto 477 em 26 de fevereiro de 1969, que nas palavras de (MULLER, 2016, p. 17) “vetou toda e qualquer manifestação considerada de caráter subversivo dentro de estabelecimentos públicos e privados de ensino”. Ainda para (MULLER, 2016), esse decreto pode ser

Entendido como o “AI-5 da Educação”, pois o decreto previa penas a professores, funcionários e alunos que incluíam a demissão seguida da proibição de nova contratação durante cinco anos para os dois primeiros grupos e o desligamento e proibição de ingressos em outros estabelecimentos durante três anos para os estudantes. (MULLER, 2016, p.17)

Diante do contexto, o Movimento Estudantil de oposição no interior do Estadual Central só voltaria a ganhar notoriedade em 1977 após os episódios de repressão que ocorreu durante a realização do III Encontro Nacional de Estudantes, realizado na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, que contou com a participação dos secundaristas do colégio, assim sendo, após presenciarem todo aquele cenário de violência e truculência policial, esses estudantes decidiram reorganizar o ME no interior da instituição de ensino o que levou a criação da Comissão Pró-Grêmio, que teria como um dos objetivos:

(...) é organizar os estudantes para que a partir desta organização possamos chegar até o nosso objetivo maior que é a formação de um grêmio livre, eleito pelos estudantes em uma campanha sem censuras; este seria um grêmio realmente representativo dos estudantes, que lutaria pelos estudantes; que não poderia ter em hipótese alguma o controle da diretoria (...) (CAMINHANDO CONTRA O VENTO, 1977, p. 2).

Possuir uma representatividade livre era visto pelos membros da Comissão Pró-Grêmio como o primeiro passo para existir realmente no Estadual Central um movimento estudantil

reorganizado e que atuasse em prol dos alunos, que não ficasse submetido às pressões e controle oriundos da direção, como ocorria como o Centro-Cívico. Era preciso, para isso, conquistar um espaço que remetesse diretamente à liberdade e à democracia.

A Comissão Pró-Grêmio a partir desse instante passou a atuar de acordo com seus propósitos, mesmo tendo que conviver ainda com o espaço da repressão e com as retaliações que eram impostas pela direção escolar. É a partir desse momento que o jornal *Caminhando contra o vento* ganha magnitude, pois este será a voz desses estudantes que lutavam por essa liberdade, fato que detalharemos mais adiante neste artigo.

Os impressos estudantis

É preciso pensar que o ME ao longo da Ditadura Civil-Militar exerceu um papel fundamental no que tange ao posicionamento político de parcela de jovens que se colocavam contrários à dinâmica política em que se encontrava o país, se opondo e reivindicando o reestabelecimento da ordem democrática na sociedade. Muitos foram reprimidos e viram suas entidades postas na clandestinidade³. (RIDENTI, 2014)

E este movimento para alcançar os objetivos buscou estabelecer estratégias que pudesse gerar uma aglutinação e levar suas ideias ao maior número de pessoas (CASTRO, 2016), entre os quais a publicação de impressos estudantis. A criação desses impressos por estudantes nesse período é analisada por (MULLER, 2016) da seguinte forma:

(...) a criação de um jornal pode ser encarada como um evento fundamental e mesmo fundador de uma determinada coletividade. (...) O jornal aparece então como instrumento para um engajamento político, uma estratégia para organizar a luta contra a ditadura. (MULLER, 2016, p. 76-77).

Os jornais estudantis exerciam uma função dupla no período da Ditadura: funcionavam como estratégia de estudantes, universitários ou secundaristas para aglutinar e atrair alunos dispostos a empreender no movimento estudantil de oposição; e, ao mesmo tempo, funcionavam como espaço para levantar uma bandeira de engajamento político contrário a toda realidade que estava imposta, tanto no espaço educacional, devido a todas as ações empregadas pelo Regime, quanto no meio político institucional.

³ As entidades estudantis como a UNE, UBES e as UMES atuaram na clandestinidade durante o período que o país esteve sob a tutela de governos militares, voltando a terem legalidade a partir dos finais dos anos de 1970, quando iniciou o processo de reorganização dessas entidades, em especial, da UNE.

Entretanto, os impressos estudantis não foram institucionalizados no período da Ditadura Civil-Militar, é importante dizer que eles sempre estiveram presentes na realidade política e social do país, em diferentes épocas, como porta-vozes de diversas juventudes, de modo que o momento de maior intensidade desses jornais foi entre os anos de 1930 e 1960, como ressaltado por Amaral:

É interessante salientar a profusão de impressos estudantis que circularam em várias cidades brasileiras entre as décadas de 1930 e 1960. A explicação para tal fato deve ser buscada no contexto brasileiro da época, em que é crescente a participação social e política dos estudantes. (AMARAL, 2013, p. 124).

A imprensa estudantil nesse momento era um instrumento de fundamentação política e espaço das indagações dos estudantes em relação a todo contexto sociopolítico que o país vivenciava (AQUINO, 2016; FILHO, 2017; SCHWETER, 2015). Contudo, com a chegada dos militares ao Poder e a imposição de dispositivos políticos – que fez do movimento estudantil, de postura oposicionista ao Regime, uma ameaça subversiva –, os impressos estudantis, assim como outros meios de comunicação, passaram a sofrer diretamente com a censura, que era uma forma de silenciar e impedir que ideias contrárias ao Regime fossem difundidas. Essa situação colocou o movimento estudantil em uma posição clandestina e, conseqüentemente, fez com que esses estudantes desenvolvessem uma imprensa dentro do mesmo *status* no qual se encontravam, ou seja, na clandestinidade.

A clandestinidade, no que tange à produção da imprensa estudantil da época, pode ser entendida nas palavras de (MULLER, 2016, p. 77) como um “(...) modo de recrutamento. Porém, mas que um simples recrutamento, um jornal permite um conagraçamento, uma possível união de indivíduos em prol de um determinado fim: denunciar e acabar com a ditadura (...)”, ou seja, por meio desse impresso, os estudantes contrários à Ditadura poderiam expressar seus posicionamentos e denunciar as arbitrariedades impostas pelo Regime, não somente no espaço educacional, mas no que remete a toda sociedade, fato que observamos quando analisamos o jornal *Caminhando contra o vento*, como veremos.

A clandestinidade era uma condição política e social que o movimento estudantil de oposição teve que vivenciar, além disso, no âmbito da imprensa estudantil, a censura também era evidente, fazendo com que esses jovens buscassem não apenas um meio de driblar a estrutura censória da Ditadura Civil-Militar, mas também de fazer desses impressos um meio de

resistir ao aparato político imposto à sociedade brasileira. Sobre essa situação, (MULLER, 2016) argumenta que:

Com a censura imposta, os jornais estudantis tornaram-se veículos – mecanismo do cotidiano de transmissão de valores apregoados por diferentes grupos na tentativa de alcançar a massa estudantil – informativos da realidade e impulsionaram a criação de uma consciência de resistência contra o regime. O jornal, assim, além da própria ação da imprensa clandestina que pode ser caracterizada como um dispositivo de resistência passou a ter um valor simbólico que pode ser identificado na própria estruturação dos textos, muitas vezes dos subtítulos, da linguagem metafórica utilizada no lugar das expressões abertas. (MULLER, 2016, p. 79).

Era uma forma encontrada por esses jovens de reagir à repressão que os militares impunham ao país, um espaço de indagação e de resistência, o lugar no qual podiam expressar suas críticas ao sistema educacional e político, uma forma de aglutinar jovens de diferentes matizes, mas com um único ideal, derrotar o regime militar e reestabelecer a ordem democrática, ou seja, fazer do jornal “instrumento de um engajamento político (...)” (MULLER, 2016, p.77).

E o movimento estudantil, mesmo com todo o cerceamento imposto, fez dos jornais um espaço de oposição ao Regime, mesmo estando sob a chancela de um governo que prendia, reprimia e torturava, o que não foi capaz de neutralizar a produção estudantil, tanto é que, como salienta (DAEFIOL, 2021, p. 5), “(...) a intensa produção estudantil na década de 1970 é uma demonstração de que o movimento estudantil continuou em plena atividade nos anos de chumbo. Os jornais estudantis eram o espaço de luta possível naquele momento”.

E foi nesse contexto político que os jovens do Colégio Estadual Central de Belo Horizonte, engajados na reconstrução do movimento estudantil de oposição e que compunham a denominada Comissão Pró-grêmio, buscou criar um jornal estudantil que pudesse expressar os sentimentos e ser porta-voz desses alunos contra um contexto político e educacional e, ao mesmo tempo, pudesse aglutinar os estudantes em prol de uma única causa, com isso surgiu o *Caminhando contra o vento*, impresso estudantil que analisaremos adiante.

O Caminhando contra o vento

Em 1977, a cidade de Belo Horizonte foi palco de uma das ações repressivas mais

contundente contra os estudantes organizados em torno de um movimento estudantil de oposição, a capital mineira receberá estudantes de todo o país para participar do III Encontro Nacional dos Estudantes, realizado nas dependências da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais e a repressão imposto por forças policiais contra esses jovens seria o pontapé inicial para os secundaristas do Estadual Central voltarem a se organizar em torno de um movimento de contestação ao Regime Militar, assim, um grupo de estudantes do Colégio criaram a Comissão Pró-Grêmio, que a partir de então, buscou estabelecer a constituição de um grêmio estudantil livre na escola.

Com a Comissão Pró-Grêmio os estudantes que compunham o movimento logo buscou construir estratégias para mobilizar o corpo discente do Colégio em torno da causa que defendiam. Desta mobilização surgiu o porta-voz da Comissão, um impresso estudantil que recebeu o nome de *Caminhando contra o vento*, tendo sua primeira publicação ainda no ano de 1977.

Em relação ao nome *Caminhando contra o vento*, a sua escolha segundo o egresso Jair Fonseca, se deu da seguinte forma

Foi inspirado na canção de Caetano Veloso, no Tropicalismo, então veio a ideia de usar a canção “Alegria, Alegria”, “caminhando contra o vento”. Sendo curioso e significativo que, no caso, caminhando tem esse subtítulo... o nome era grande, mas era uma forma de aludir com uma metáfora, coisa muito típica da arte da ditadura, aludir à resistência, à oposição, indo contra o vento. Do caminhar em oposição a algo, uma alusão à ditadura. (FONSECA, 2021).

A partir da colocação de Jair, o nome do impresso representaria a construção de um jornal que se posicionaria de forma contrária às questões ligadas à Ditadura Civil-Militar, seja no espaço interno do Colégio, seja no contexto geral da sociedade. Era uma forma de demonstrar que parcela dos estudantes do Estadual Central estavam se colocando em oposição àquele Regime e que o impresso seria, portanto, uma forma de posicionamento crítico nesse espaço.

Outro ponto que deve ser levado em consideração é que, a produção de um impresso estudantil no interior do Estadual Central partiu de uma necessidade, pois, haviam outros impressos produzidos por estudantes secundaristas na cidade de Belo Horizonte, como o *Roda Viva*, editado pela União Municipal dos Estudantes Secundaristas, UMES-BH, contudo, na visão

dos alunos(as) do Estadual Central ter um jornal estudantil próprio, ligado diretamente a instituição era fundamental e isso fica claro nas palavras de Elian Guimarães, um dos estudantes que participou da criação do *Caminhando contra o vento*

(...) a gente começou a se organizar, tinha o jornal *Roda Viva* da UMES, era timidamente distribuído, era proibido e muito malvisto pelos próprios estudantes devido à campanha que era feita pela repressão, foi aí que percebemos a necessidade de se organizar e comunicar com um jornal próprio, específico do Estadual Central para tratar das nossas questões específicas. (GUIMARÃES, 2021).

Desta forma, os estudantes secundaristas do Estadual Central, membros da CPG, apresentaram à comunidade escolar o jornal *Caminhando contra o vento* que, logo em sua primeira edição, no ano de 1977, explicitava qual seria o seu objetivo inicial: “(...) criamos este jornal livre para questionar as proibições feitas às nossas atividades, manifestando nosso apoio ao protesto dos demais setores da sociedade, prejudicados nos seus interesses”. (CAMINHANDO CONTRA O VENTO, 1977, p. 2).

O que os estudantes estavam buscando com o impresso era demonstrar que no espaço educacional não havia liberdade, os secundaristas não podiam atuar de forma autônoma, tinham de seguir a cartilha imposta pela direção da escola, inibindo, assim, o desenvolvimento de atividades, como: manifestações e protestos contrários a situação política, social, econômica e educacional do país, além de se posicionarem em relação a questões internas do próprio Colégio.

No que tange à produção do jornal, os estudantes do Estadual Central eram responsáveis por todo o processo, que ia desde a escolha dos textos até a impressão e distribuição.

As primeiras edições do *Caminhando contra o vento* foram planejadas em reuniões clandestinas em razão da vigilância que havia por parte da direção da escola sobre o movimento estudantil. Essa situação foi assim lembrada por Paulo Brescia: “inicialmente as reuniões eram clandestinas e ocorriam nos intervalos das aulas, no pátio do Estadual ou na sede da UMES, mas eram divulgadas amplamente e com antecedência”.

Quanto à impressão, a participação da UMES-BH foi fundamental, pois ela se dava na sua sede, no mesmo mimeógrafo eletrônico usado na produção do seu porta-voz, o *Roda Viva*.

De acordo com Brescia, a impressão era feita da seguinte forma:

As matérias eram datilografadas em papel A4, ou recortadas ou copiadas de outras publicações. Em seguida era feita a diagramação, entremeada por charges ou algumas ilustrações. A matriz era feita em *stencil*, em seguida impressa em mimeógrafo eletrônico na sede da UMES-BH. Feito isso, realizávamos a paginação e grampeávamos o jornalzinho preparando-o para distribuição. (BRESCIA, 2021).

Após a impressão, a preparação final e a distribuição ficavam por conta dos estudantes, o que ocorria, totalmente, de forma clandestina devido à vigilância que havia no Colégio sobre os membros da CPG. Lembrando que o Colégio, naquele momento, era um espaço totalmente adverso à manifestação livre de uma entidade estudantil que fosse contrária às diretrizes da instituição, visto que a representação estudantil oficial, naquele momento, era o Centro Cívico.

Em relação a distribuição do impresso no Colégio, Elian Guimarães nos detalha umas estratégias utilizadas pelos estudantes da CPG:

Cada sala tinha um representante e tínhamos um combinado para que os jornais não fossem tomados; que era chegarmos antes das aulas, quinze minutos antes, nos encontrávamos em frente ao “mata-borrão” com exemplares dos jornais separados por turmas e com o número de alunos de cada turma, e, sempre no primeiro e segundo horários, cada representante fazia a distribuição dentro da sala; Os disciplinários viam os jornais nas mãos dos alunos, nos intervalos, e ficavam loucos sem saber quem estava distribuindo os jornais. (GUIMARÃES, 2021).

Distribuídos os jornais, a receptividade da direção da escola foi condizente com o contexto político da própria sociedade brasileira: vigilância e perseguição a toda movimentação política que fizesse frente à ordem estabelecida. No caso do movimento estudantil do Central, representado pela CPG, o tratamento não era diferente, pois a direção da escola, como expressa Geraldo Brescia, reproduzia o que estava posto na realidade política brasileira:

Havia um cenário de autoritarismo por parte da direção contra a organização do ME livre, que remetia ao que existia na sociedade contra os movimentos sociais e políticos... a direção da escola nunca se deslocou da perspectiva política do Estado. (BRESCIA, 2021).

Além do autoritarismo, a direção e alguns professores da instituição lançaram uma desconfiança se o impresso era produzido realmente pelos estudantes secundaristas, mas sim, por “infiltrados universitários” e passou a tecer críticas que nos é lembradas Paulo Brescia: “a direção da escola, em certo momento, passou a fazer uma campanha para desacreditar a Comissão Pró-grêmio e a UMES-BH, criticando o fato de o jornal não ser assinado, não ser

identificada a autoria dos artigos”.

Entretanto, não trazer os textos assinados foi uma forma encontrada pelos secundaristas da CPG para garantir a adesão e a participação dos alunos, sem colocá-los em risco, desta forma, era assegurado o anonimato nas publicações.

Nesse sentido, a autoria dos textos publicados pelo *Caminhando contra o vento*, do ano de 1977 até meados de 1978, referente a três edições, foi atribuída à Comissão Pró-grêmio ou, simplesmente, não havia autoria descrita como forma de evitar que os alunos sofressem algum tipo de represália por parte da direção da Escola ou até mesmo de órgãos de repressão, como comenta Paulo: “as primeiras edições não continham autoria devido às constantes ameaças de suspensão das aulas”. Tese corroborada por Geraldo Brescia: “[havia] receio de perseguições que a gente poderia sofrer se colocássemos o nome lá”.

Manter o anonimato nas publicações não era algo incomum no que tange os impressos estudantis, como frisa (MULHER, 2016):

Muitas vezes os textos eram assinados por uma representação: uma maneira encontrada para que as pessoas não fossem identificadas. Prova maior é que alguns jornais aparecem assinados por nomes (sem sobrenomes) ou, ainda, por apelidos, tornando mais difícil o conhecimento da identidade de cada participante na ação. (MULLER, 2016, p. 79).

O *Caminhando contra o vento* só passaria a trazer a identificação dos autores a partir das edição número 4, publicada na segunda metade do ano de 1978, momento no qual visto pelos participantes da CPG de saída da clandestinidade, como demarca Paulo Brescia:

(...) entre a virada do ano de 1978 para 1979, decidimos sair da clandestinidade para imprimirmos maior escala em nossa mobilização do movimento estudantil e, também, por avaliarmos que a melhor forma de nos protegemos e nos preservamos seria passar a sermos mais conhecidos e agirmos sob a legalidade da qual era revestida a UMES-BH e sua diretoria. (BRESCIA, 2021).

Essa nova postura estava em consonância com o momento que o Movimento Estudantil nacional vivenciava. Nessa época, as entidades estudantis, como UNE e UBES, debatiam sua reorganização num período marcado por encontros que levaram, por exemplo, à refundação da UNE no Congresso realizado na cidade de Salvador, em 1979.

Para Para Elian, trazer os textos identificados tinha importância porque mostrava a força

da abrangência que o movimento estava adquirindo dentro do Colégio: “quando o jornal começou a sair com assinaturas nas matérias, demonstrou que em cada sala havia um representante de um movimento que tomava pé e avançava (...)”. (GUIMARÃES, 2022).

A mudança de postura em relação à autoria é relevante, pois demonstra a posição dos alunos da CPG em relação a um posicionamento concreto sobre as suas lutas, e isso faz parte de um processo maior, visto que, quando houve essa modificação, os movimentos contra a Ditadura Civil-Militar se consolidaram e ganharam espaço no cenário político nacional (MULLER, 2016; RIDENTI, 2014). Esse seria, então, o momento oportuno de mostrar à direção e aos professores do Colégio quem eram os responsáveis por fazer circular o impresso e, principalmente, conquistar a adesão de outros estudantes ao Movimento, para que fosse possível dar continuidade à busca por seus objetivos.

Com esta mudança de postura, o *Caminhando contra o vento* passou a trazer conteúdos direcionados não apenas a realidade interna do Colégio, passou a reproduzir fatos e ações políticas e sociais que ocorriam pelo país em suas páginas, contudo, esse teve a sua última publicação no ano de 1979, não constam registros que o impresso continuou a ser publicado na instituição após a saída de parte significativa dos alunos(as) que se encontravam na direção da Comissão Pró-grêmio, demonstrando que, havia um grupo engajado numa causa e que esses mesmo com todas as represálias levaram adiante seus objetivos e os expressou nas páginas de um jornal estudantil.

Conclusão

Foram 21 de anos de Ditadura Civil-Militar, 5 presidentes gerais conduziram um período marcado por intensa repressão, autoritarismo e cerceamento das liberdades políticas individuais, demarcando um ambiente no qual forças opositoras foram silenciadas, sujeitos foram presos e torturados, estabelecendo um saldo, segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade de 434 pessoas mortas ou desaparecidas, entre esses, estudantes.

O Movimento Estudantil brasileiro teve um papel fundamental na luta contra a Ditadura, foram os estudantes organizados, principalmente, em torno das suas principais entidades, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

(UBES) que desde os primeiros passos do Regime Militar se posicionaram contrários ao espaço autoritário mantido pelos militares que tomaram o poder de João Goulart, a partir desse instante, os estudantes passaram a ser alvo de ações repressivas que os colocou juntamente com suas representações na ilegalidade.

Entretanto, apesar dessas ações os estudantes não deixaram de lutar pelo reestabelecimento da ordem democrática no país, atuaram na ilegalidade, mesmo tendo a ciência que as suas ações poderiam levar a represálias. Realidade que pode ser observada no interior do Colégio Estadual Central de Belo Horizonte quando estudantes secundaristas buscaram estabelecer uma representação estudantil livre que passaram a chamar de Comissão Pró-grêmio.

A Comissão Pró-grêmio criada no ano de 1977 se tornou uma representação política que se contrapunha ao Centro Cívico e buscou neste contexto aglutinar os estudantes do Colégio em prol de um objetivo, terem uma representatividade estudantil que não fosse controlada por professores e direção da escola. E para alcançar o objetivo, esses secundaristas criaram o impresso *Caminhando contra o vento*, trazendo para o espaço educacional do Estadual Central uma imprensa estudantil reivindicatória, contestatória e oposicionista.

O *Caminhando contra o vento* foi produzido entre os anos de 1977 a 1979 e foi fundamental para estabelecer ações direcionadas contra a estrutura política e educacional que havia no interior da instituição, além de representar um espaço no qual os estudantes pudessem colocar suas posições em relação a assuntos ligados ao ambiente interno e a realidade política e social brasileira.

Foi um impresso que estabeleceu um protagonismo político a jovens que se colocaram contrários a dinâmica educacional imposta pelo Regime Militar e a situações políticas internas como: o autoritarismo sustentado por professores e direção da escola, levando para o ambiente escolar todo cenário sustentado pela Ditadura Civil-Militar.

Referências

AMARAL, G. L. Os jornais estudantis Ecos Gonzagueanos e Estudante: apontamentos sobre o ensino secundário católico e laico. In: **História da Educação**, Porto Alegre, 2013.

AQUINO, M. J. F. M. **Organização e imprensa estudantil no Colégio de São Luiz e Liceu Maranhense**: processo de formação de uma elite letrada (1949-1958). Dissertação (Mestrado

em Educação: História, Política e Sociedade). Orientador: Daniel Ferraz Chiozzini. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 178 f. 2016.

CASTRO, E. **Vocabulário Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

DAEFIOL, R. C. O jornal estudantil “O Brado Universitário (1973-1976): uma expressão de microrresistência possível à Ditadura Militar na Universidade Estadual de Maringá. **31. Simpósio Nacional de História**, Rio de Janeiro, 2021.

FILHO, B. J. **Masculinidades**: um jogo de aproximações e afastamentos, o caso do jornal estudantil “O bonde”. Tese (Doutorado em Educação). Orientador: Anderson Ferrari. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, p. 215. 217.

GOUVEA, M. C. S; LISBOA, A. H. Colégio Estadual Central autogoverno e produção social da excelência no ensino secundário (Belo Horizonte, 1956-1964). IN: **Educação em Revista**, v. 32, n. 01. Belo Horizonte, 2016.

MULLER, A. **O movimento estudantil na resistência à Ditadura Militar (1969- 1979)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

RIDENTI, M. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS *et al.* (org.). **A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe 1964**. Rio de Janeiro, 2014, p. 30 – 47.

SCHWARCZ, L. M; STARLING, H. M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWETER, I. S. **Organização e imprensa estudantil no Instituto de Educação Sud Mennucci (1952-1954)**. Dissertação (Mestrado em Educação, História, Política e Sociedade). Orientador: Daniel Ferraz Chiozzini. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 196 f. 2015.

TEIXEIRA, A. H. L. **Uma escola sem muros**: Colégio Estadual Central de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.